

O USO DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: O CASO DA FAVELA DO METRÔ-MANGUEIRA NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO O IMAGINÁRIO DOS RESIDENTES

Roberto Paolo Vico*; Francisco Fransualdo de Azevedo**; Fábio Fonseca Figueiredo*** & Ricardo Ricci Uvinha****

Resumo: No presente trabalho é apresentado o uso do território e as transformações socio-territoriais que aconteceram na Favela do Metrô-Mangueira, no Bairro do Maracanã na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, baseando-nos fundamentalmente na teoria espacial do geógrafo Milton Santos, bem como outros geógrafos brasileiros e internacionais. Optou-se por um discurso mais próximo do narrativo para contar histórias que se entrecruzam a partir da análise das falas e dos depoimentos dos sujeitos desta pesquisa: os residentes da comunidade, que relatam as próprias memórias de luta e de resistência. Um enfrentamento que parece não ter fim entre os moradores e a Prefeitura com a ciclicidade dos recentes megaeventos esportivos. Abordando o imaginário relacionado com os megaeventos e os seus efeitos sobre o território e a sociedade carioca, verifica-se na pesquisa que existe um conjunto de imagens e de representações simbólicas que se encadeia para elaborar uma narrativa e que demarca uma determinada visão do mundo. Os residentes acabam se espelhando e se identificando com esse imaginário, adotando-o e abraçando-o de diferentes maneiras.

Palavras-chave: Uso do território; Imaginário; Resistência; Megaeventos esportivos; Favela do Metrô-Mangueira; Rio de Janeiro-Brasil.

THE USE OF TERRITORY IN THE CONTEXT OF SPORTS MEGA-EVENTS: THE CASE OF FAVELA DO METRÔ-MANGUEIRA IN RIO DE JANEIRO ACCORDING TO RESIDENTS' IMAGINARY

Abstract: The present work presents the use of territory and the socio-territorial transformations that took place in Favela do Metrô-Mangueira, in the Maracanã neighbourhood in the city of Rio de Janeiro, Brazil, basing ourselves fundamentally on the spatial theories of some Brazilian and international geographers, especially Milton Santos. We opted for a discourse closer to the narrative to tell stories that intertwine based on the analysis of the speeches and testimonies of this research subjects: the community residents, who report their own memories of struggle and resistance. A confrontation that seems to have no end between residents and City Hall with the cyclicity of recent sporting mega-events. Addressing the imagery related to the mega-events and its effects on the territory and society of Rio de Janeiro, it is verified in the research that there is a set of images and symbolic representations that link together to elaborate a narrative and that distinguish a certain view of the world. Residents end up mirroring and identifying with this imaginary, adopting and embracing it in different ways.

Keywords: Use of territory; Imaginary; Resistance; Sport Mega Events; Favela do Metrô-Mangueira.

EL USO DEL TERRITORIO EN EL CONTEXTO DE LOS MEGAEVENTOS DEPORTIVOS: EL CASO DE LA FAVELA DO METRÔ-MANGUEIRA EN RIO DE JANEIRO SEGÚN EL IMAGINARIO DE LOS RESIDENTES

Resumen: Este trabajo presenta el uso del territorio y las transformaciones socio-territoriales ocurridas en la Favela do Metrô-Mangueira, en el barrio Maracanã de la ciudad de Río de Janeiro, Brasil, con base fundamentalmente en la teoría espacial del geógrafo Milton Santos, así como otros geógrafos brasileños e internacionales. Se optó por un discurso más cercano a la narrativa para contar historias que se entrecruzan a partir del análisis de los discursos y testimonios de los sujetos de esta investigación: los habitantes de la comunidad, quienes relatan sus propias memorias de lucha y resistencia. Un enfrentamiento que parece no tener fin entre los residentes y el Ayuntamiento con la ciclicidad de los últimos mega-eventos deportivos. Abordando el imaginario relacionado con los megaeventos y sus efectos en el territorio y la sociedad de Río de Janeiro, se verifica en la investigación que hay un conjunto de imágenes y representaciones simbólicas que se vinculan para elaborar una narrativa y que demarca una determinada visión del mundo. Los residentes terminan reflejando e identificándose con estas imágenes, adoptándolas y abrazándolas de diferentes maneras.

Palabras clave: Uso del territorio; Imaginario; Resistencia; Mega eventos deportivos; Favela do Metrô-Mangueira.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* PhD in Geography from the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) in co-supervision with the PhD in Languages and Literatures from the Université Polytechnique Hauts-de-France (2020). Master in Tourism - Strategic Management of Tourist Destinations by the Estoril Superior School of Hospitality and Tourism (2016). Degree in International Communication - Università per Stranieri di Perugia (2005). Researcher and postdoctoral fellow in Tourism at the School of Arts, Sciences and Humanities (EACH) of the University of São Paulo (USP). Junior Postdoctoral Scholarship (PDJ) from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). Member of the Interdisciplinary Research Group in Leisure Studies (GIEL) of the School of Arts, Sciences and Humanities (EACH) of the University of São Paulo (USP). CV: <https://lattes.cnpq.br/6752482089085020> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9730-948X> [roberto.paolo.vico@gmail.com].

** Doctorate in Geography / UFU (2007). Master in Geography / UFS (2002). Degree in Geography - Catholic College of Uberlândia/MG. Degree in Economic Sciences - UERN (1998). Professor and researcher of full time at UFRN - levels Degree (Geography and Tourism), Master and Doctorate in Geography (PPGE/UFRN) and Master / Doctorate in Tourism (PPGTUR/UFRN) . Visiting Professor in Barcelona University (2019/2020). Chief Editor of Journal Society and Territory (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/2719998085102847> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0477-9501> [ffazevedo@gmail.com]

*** PhD in Human Geography/University of Barcelona, Spain (2010). Master in Brazilian Education/UFC (2004). Degree in Economic Sciences/UFRN (2000). Associate professor at the Institute of Public Policies and the Postgraduate Program in Urban and Regional Studies at UFRN. Researcher at the Socioeconomics of the Environment and Environmental Policy research group (SEMAPA-UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/3895306086709129> ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3222-0230> [fabio.fonseca@ufm.br].

**** Ricardo Ricci Uvinha, PhD in Social Communication at the School of Communication and Arts/University of Sao Paulo USP (2003). MSc at the Faculty of Physical Education/State University of Campinas UNICAMP (1997). Degree in Physical Education/Faculty of Physical Education FEFISA. Full Professor and Dean at School of Arts, Sciences and Humanities (USP). Team Leader of the Interdisciplinary Group of Leisure Studies (GIEL/USP). Coordinator of the World Leisure Center of Excellence (WLCE/Brazil). CV: <http://lattes.cnpq.br/9022429185170882> [uvinha@usp.br].

1 INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, podem gerar inúmeros problemas quando são organizados por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Esses países se caracterizam por um sistema sociopolítico instável e com uma oferta de serviços que ainda não é suficientemente preparada, portanto, apenas uma pequena faixa da população local se beneficia dos investimentos. Constatamos que os grupos mais vulneráveis sofrem os efeitos negativos de tais eventos, como as remoções dos residentes das áreas de interesse do evento, assim como aconteceu com a comunidade da área geográfica em análise neste estudo, no Rio de Janeiro, Brasil: a Favela do Metrô-Mangueira.

Essa dinâmica seletiva acentua claramente as desigualdades entre a população de um determinado território e o restante dos habitantes, aumentando de fato as fragmentações territoriais e os desequilíbrios sociais. Em vista disso, esta pesquisa teve como objeto/problema o uso que é feito do território da Favela do Metrô-Mangueira no Rio de Janeiro em razão da organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, procurando captar a percepção e o imaginário da população com relação aos megaeventos esportivos e sobre o legado que eles deixaram em nível social e territorial.

A cidade carioca¹ foi reorganizada geograficamente para acolher os megaeventos com o pretexto de um maior prestígio, melhoramento da imagem e maior visibilidade em nível internacional para a atração de novos investimentos econômicos. Porém, esses interesses, que pretendiam transformar a “cidade olímpica” numa cidade-empresa, se chocaram com a reação da população local que considera que o Rio de Janeiro tem outros problemas e prioridades, como o melhoramento do sistema de saúde, educação, saneamento básico, moradia, mobilidade e segurança pública, entre outros.

De acordo com Gaffney (2016), a herança que os megaeventos esportivos deixaram para o território e para a sociedade carioca foi o endividamento público, com expropriações e remoções de cerca de 80 mil moradores associadas ao fenômeno da higienização étnica, da gentrificação e do enobrecimento de algumas áreas com a forte especulação imobiliária. Somam-se a isso casos de violações de Direitos Humanos, como a falência do sistema de saúde, da educação e da segurança, uma polícia mais militarizada e menos treinada no âmbito da operação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP), entre outros.

Dessa maneira, entende-se que tal projeto de reestruturação urbana promove a mercantilização do espaço urbano, o que incrementa os processos de fragmentações socio-territoriais com o mecanismo da espoliação urbana e a realocação dos mais vulneráveis na cidade por meio das expropriações e remoções.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa está fundamentada na teoria do espaço geográfico de Milton

Santos (2008; 2012), bem como na teoria de Raffestin (1993) sobre a relação entre o território e o poder e, também, na *Social Exchange Theory* (SET), isto é, a teoria da troca social, cujo principal expoente é Gursoy (2002; 2006; 2017).

Santos (1994; 2002; 2005; 2008; 2012) enxerga o espaço como uma totalidade e constituído por um conjunto de elementos: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. O conceito-chave do presente artigo é “território”, o qual é coadjuvado pela categoria de análise do “território usado”, sugerido por Santos e Silveira (2001).

Dessa forma, considerando esses elementos, este trabalho tem como objetivo confrontar a configuração territorial pretérita com os novos arranjos espaciais, bem como avaliar as relações de conflito e de cooperação entre os diversos elementos e atores envolvidos que operaram no território carioca. É oportuno reconhecer os principais intervenientes envolvidos no circuito dos megaeventos e as respectivas formas de articulação. Trata-se do entendimento do círculo de cooperação do espaço, na identificação de quem o usa e o domina. De fato, constatamos que existem agentes que exercitam o poder hegemônico e que são eles que fazem parte do processo de tomada de decisão, enquanto outros intervenientes não hegemônicos não têm poder de deliberação, especialmente sobre a gestão dos megaeventos e das ações no território (Vico & Azevedo, 2020a; Vico & Azevedo, 2020b).

Tendo como referência os elementos constitutivos do espaço geográfico de Santos (1994; 2002; 2005; 2008; 2012), destaca-se que as instituições detêm forte capacidade de interveniência nos processos decisórios que envolvem intervenções políticas nas cidades, regiões e países através das entidades institucionais (Estado e Autarquias). As instituições são as primeiras a serem consultadas para a organização dos megaeventos. No caso específico das competições esportivas, é preciso citar as organizações de escala nacional ou internacional (Comitê Olímpico Internacional, Comitê Olímpico Brasileiro, Fédération Internationale de Football Association, etc.).

Para organizar um megaevento esportivo são necessárias estruturas e instalações especializadas que representam outro elemento constitutivo do espaço geográfico estudado por Santos (1994; 2002; 2005; 2008; 2012): as infraestruturas. É aqui que entram as sociedades de gestão de empreendimentos: os residentes e as populações locais assumem muitas vezes o papel de espectadores e de sujeitos não hegemônicos, sem uma clara participação de decisão (Vico, 2016; Vico et al., 2018; Vico et al., 2020). Eles são chamados indiretamente na fase de preparação, mas, na maior parte dos casos, somente servem para legitimar a organização do megaevento e sustentar sua candidatura perante as instituições promotoras (Gursoy & Kendall, 2006). Cashman (2002) salienta que o consenso sobre a realização desses eventos, como a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos, deveria ser fruto de uma construção coletiva, porém, as populações locais participam apenas indiretamente tanto na candidatura como em sua gestão.

¹ Relativo à cidade do Rio de Janeiro.

Ao abordar a categoria analítica “território usado” utilizamos as verticalidades e as horizontalidades como parte da análise. Assim, neste trabalho, para analisar o processo do uso do território, consideram-se as ações, sobretudo dos agentes hegemônicos, como as empresas nacionais e multinacionais, e as organizações esportivas, por exemplo. Também é ajuizada a configuração territorial, à qual pertence o conjunto de fixos e materialidades, como as infraestruturas e os objetos que compõem o espaço geográfico e que determinam as ações no território.

No âmbito da organização e da realização dos megaeventos, surge a necessidade de se conceber pesquisas e análises que colaborem para a evidência de fatores ligados às explicações e sua geografia, que criem transformações nos ritmos urbanos. A cidade, para a preparação de um megaevento, vai se (re)fragmentando e (re)articulando a partir da sincronia das ações e das reações dos segmentos da população, do Estado e dos outros agentes e sujeitos envolvidos. O espaço urbano se transforma numa arena de forças em que a população gera seus mecanismos de autoproteção; o Estado atua aplicando um planejamento de ação setorial; e a ação dos agentes hegemônicos se territorializa no espaço por meio de processos fluidos e em rede (Raffestin, 1993).

Em relação à Teoria da Troca Social relacionada aos megaeventos esportivos implementada por Gursory et al. (2002; 2006; 2017), é preciso entender que a população local formula um entendimento baseado fundamentalmente numa análise de custos e benefícios. Portanto se as ações/transformações no território e na sociedade, realizadas com o pretexto dos megaeventos esportivos, demonstrarem apego à população, preocupação com os seus valores socio-territoriais e culturais, automaticamente haverá apoio por parte dos residentes ao megaevento. Caso contrário, ocorrerá a não-aceitação do evento e destas ações por parte dos moradores que se manifestará através de diversas formas de protestos, assim como aconteceu no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro.

2 MARCO CONCEPTUAL

2.1. O “território usado”

Para compreender o espaço geográfico enquanto totalidade, Santos (2008) elaborou a aproximação relativa aos elementos que lhes são distintivos. Eles são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas, que podem ser considerados, ao mesmo tempo, como variáveis, já que estão submetidos tanto a transformações de ordem quantitativa quanto de ordem qualitativa. O conjunto desses elementos representa um todo inseparável, que é o espaço, cujo exame se desenvolve por meio de conflitos. Segundo o autor: “[...] não se trata de utilizar todas as variáveis disponíveis, mas aquelas que, em cada período, sejam significativas e pertinentes à análise” (Santos, 2008, p. 97).

O exame das variáveis indicadas nos leva a identificar, de acordo com o nosso objeto, aquelas que consideramos mais oportunas: os homens, as firmas, as instituições e as infraestruturas. Consideramos os homens enquanto um conjunto de três elementos, isto é, indivíduos, firmas e instituições (Santos, 2012). As

infraestruturas, por sua vez, são a materialização do trabalho humano se dando por meio do uso do território. E, como último elemento, consta o meio ecológico. A soma desses elementos pressupõe compreender as interações espaciais e como as variáveis se justapõem. A análise do espaço geográfico se torna determinante para o estudo que se pretende desenvolver, num encadeamento direto com o conceito de território.

De acordo com Santos e Silveira (2001), o território deve ser discutido nos estudos geográficos como uma categoria social de análise porque é nele que se materializam os processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Consequentemente, é nos territórios onde os processos se exteriorizam, as ações concretas são operacionalizadas, os tempos coexistem e a sociedade se transforma (Santos, 2005; 2012). Já o território usado é constituído por uma série de objetos e de ações que atuam nele, sendo concebido como sinônimo de espaço geográfico (Santos, 2012).

No âmbito do conceito de “território usado”, Santos elabora como categoria de análise as forças das verticalidades e das horizontalidades. O encadeamento entre ambas divulga uma maior ou menor relevância dos espaços e dos subespaços onde atuam, difundindo um estado de superioridade ou, como explicam Santos e Silveira (2001), de “comando” a uma parte do território no que diz respeito ao seu entorno. Nos decursos de horizontalidades e de verticalidades, operam as forças centrípetas ou de união, bem como as forças centrífugas ou de desunião: a primeira, relacionada aos processos de horizontalidades; a segunda, mais próxima aos processos de verticalidades. Ambas dialogando e interagindo continuamente, já que as forças centrífugas vão agir sobre as centrípetas (Santos, 2005; 2008; 2012).

Segundo Santos (2014), outra maneira de se partir à investigação do espaço é através dos fixos e fluxos, elementos constitutivos que se explicam através da dialética empreendida entre eles. Para o autor, nós temos coisas fixas e fluxos que, tanto se originam, quanto se destinam a elas. A justaposição destes elementos, interagindo e transformando-se mutuamente, é o próprio espaço.

De modo específico, os fixos concernem o processo imediato do trabalho, uma vez que são eles os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas de maneira geral, o que inclui os homens. Já os fluxos expressam ao mesmo tempo o movimento e a circulação. Queremos frisar, com isso, que a utilização dos mesmos nos parece bastante oportuna, reputando estar diretamente relacionada com a nossa dimensão teórico-conceitual. Desse modo, “Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos [...] e dos capitais constantes [...], aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos [...]” (SANTOS, 1999, p.11).

Nesta perspectiva, conforme esclarece Harvey (2009), o capitalismo está sempre movido pelo impulso de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o ritmo de circulação e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento. Enfim, o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados em uma lógica global, cada lugar sendo resultado de uma ordem global e de uma ordem local, convivendo dialeticamente. Como decorrência dos

inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, quebram-se os equilíbrios precedentes. Pelo que concerne o nosso objeto de análise da pesquisa, podemos considerar como “fixos” tudo o que está relacionado com a materialidade, com o concreto, o tangível, como por exemplo as infraestruturas, as instalações esportivas, as obras urbanas realizadas, as casas, edificações, vias de transportes em seus modais, etc. Os “fluxos”, ao contrário, concernem os movimentos de capitais, de mercadorias, a técnica, o *know-how*, o intangível, os fluxos de pessoas, de visitantes e de turistas, entre outros. Tudo isso, junto, segundo Santos (2014, p. 85) “é o espaço”. De acordo com o autor:

“Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E, desse modo, a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente” (SANTOS, 2014, p.86).

2.2. Território e poder

De acordo com Raffestin (1993), a cidade é um produto social que, para se materializar no espaço, torna-se imprescindível à ação do homem. Por isso, pode-se concebê-la como a imagem e o efeito da sociedade num determinado momento. Entendemos que esses territórios não possuem confins nem limites, pois eles são fluídos: surgem de ações periódicas que decorrem da trama da cidade, gerando transformações no tecido urbano. Os territórios que se criam pela ação e pela reação inerentes ao exercício do poder paralelo, além da cumplicidade, em alguns casos, de uma parte da população local, caracterizam-se como territórios marginais, em contínua metamorfose: eles se transformam em resultado das pressões exercidas pelo poder legal e pelo conflito entre os interesses dos agentes hegemônicos (o Estado, as organizações esportivas, as grandes empresas etc.) e os residentes imbuídos de resistência e resiliência.

Os encadeamentos econômicos, sociais, políticos e legais que originam os processos e o conteúdo da vida urbana são heterogêneos: revelam interesses, operações e estratégias que transformam a organização do espaço em um conjunto de possibilidades, indefinições e materializações. Na cidade, tudo isso se torna evidente: podemos observar a trama espacial se configurando e desconfigurando por meio das formas que fixam, obstruem ou auxiliam as ações dos diferentes atores envolvidos no processo. Desse modo, a nossa pesquisa coloca a cidade como uma forma espacial que pode ser compreendida a partir do conceito de território e dos seus coadjuvantes, além de suas categorias analíticas: o uso corporativo do território e o imaginário.

O território é percebido “como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2005, p. 78), apontando o entendimento de que “os territórios dos megaeventos” (Souza, 2005, pp. 78-79) são produzidos a partir das diferentes estratégias que os diversos segmentos empregam para identificar, selecionar e dominar áreas da cidade. O território não existe a priori: ele surge das ações. No espaço, a sociedade torna-se território e institui relações de poder.

É o controle de determinadas áreas da cidade – estimulado pelos interesses particulares – que demonstra para a sociedade que há certo “domínio” do espaço por grupos hegemônicos, fruto de um exercício do poder e de uma atuação em rede em diferentes pontos do tecido urbano. Esse domínio tende a criar territórios meramente utilitaristas e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa acontecer (Haesbaert, 2004; 2006).

Pelo que concerne a análise da percepção da população local, fundamentamos a pesquisa na *Social Exchange Theory* (SET), isto é, a Teoria da Troca Social, cujo precursor foi Dogan Gursoy (2002; 2006; 2017). Um dos seus principais trabalhos, “*Hosting megaevents: Modeling Locals*” indica justamente a SET como proposta teórica para analisar a percepção dos moradores e o relativo apoio aos megaeventos esportivos (Figura 1).

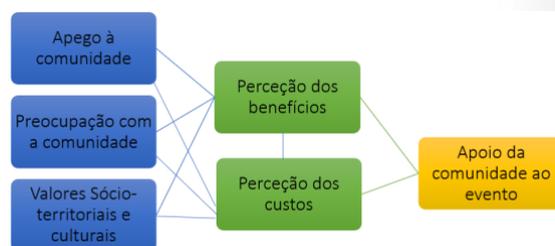


Figura 1: Modelo de análise para megaeventos baseado na Social Exchange Theory.

Fonte: adaptado de Gursoy et al., 2002, 2017; e de Gursoy e Kendall, 2006.

Neste arcabouço constata-se que é fundamental que a comunidade local perceba os tipos e a dimensão de benefícios que ela pode obter com a realização e a organização do megaevento, bem como com os custos dele (Vico, 2016; Vico, Uvinha, & Gustavo, 2018; Vico, Gustavo, & Uvinha, 2020). Por outro lado, todos os *stakeholders* e os agentes envolvidos no planejamento e na organização do evento devem considerar como fatores essenciais: a) o apego do evento à comunidade local; b) a preocupação com a comunidade local; e c) os valores socio-territoriais, ambientais e culturais dos moradores. Sem a consideração desses três aspectos, torna-se difícil obter uma percepção positiva dos moradores sobre o evento, sendo que o empreendimento pode fracassar na sua realização (Vico, 2016; Vico et al., 2018; Vico et al., 2020).

Teoria	Autor	Conceitos	Relação com o objeto de estudo
Teoria geral do espaço geográfico	Milton Santos	- Elementos; objetos e ações; - Território usado	Identificação dos atores envolvidos e as ações realizadas no território no contexto dos megaeventos
Geografia do poder	Claude Raffestin	- Território; - Poder	As relações de poder dos intervenientes no território
Teoria da troca social	Dogan Gursoy	Percepção da população local	A percepção dos residentes da Favela do Metrô depois das transformações socio-territoriais

Quadro 1: Síntese do marco teórico.

Fonte: Autoria própria, 2023.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada é do tipo qualitativa, descritiva e exploratória. Segundo Veal (2011), as metodologias utilizadas para recolher informação qualitativa incluem a etnografia, a observação, as entrevistas informais, as perguntas semiestruturadas, a observação direta e participante, a análise do discurso/conteúdo e do depoimento. Todas essas técnicas foram implementadas durante os trabalhos de campo junto com os líderes comunitários da Favela do Metrô-Mangureira, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Em sua abordagem bibliográfica, esta pesquisa se fundamenta em autores como Santos (1994; 2002; 2005; 2008; 2012), Santos e Silveira (2001), Haesbaert (2004; 2006), Harvey (2009), Gursoy (2002; 2006; 2017) e Raffestin (1993). Já na abordagem documental, abordam-se documentos que ressaltam que o território do lócus da investigação foi se transformando a partir dos usos produzidos. E, quanto a abordagem empírica e de campo, buscou-se entender o território na relação do abstrato-teórico com o empírico-concreto (Althusser, 1978; Meksenas, 2002).

Na análise do imaginário e da percepção das lideranças, uma das categorias analíticas deste trabalho, baseamo-nos na *Social Exchange Theory* (SET) (ver figura 1) elaborada por Gursoy, Jurowski e Uysal (2002), Gursoy, Yolal, Ribeiro e Panosso (2017), bem como Gursoy e Kendall (2006).

A abordagem de um trabalho, ou melhor, a estruturação do raciocínio também está relacionada com a escolha de categorias analíticas, cuja função é, de fato, orientar o progresso da pesquisa. As categorias de análise determinam a essência das coisas materiais e designam a unidade de significação de um discurso epistemológico. Se referem ao ser, ao conhecer. Constituem o elemento de ligação entre o teórico e o empírico, a transição para a parte procedimental da pesquisa. Desse modo, a sugestão de Santos (2003, p. 199) nos parece extremamente apropriada: "O estudo da totalidade conduz a uma escolha de categorias analíticas que devem refletir o movimento real da totalidade".

Como base das categorias analíticas do método dialético constam os pares dialéticos. De fato, de acordo com Lefebvre (1975), é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, as oposições e contradições, os diferentes aspectos do problema, elevando-se a um ponto de vista mais amplo e mais compreensivo. Entre as categorias analíticas da nossa análise, abordaremos mais especificamente as seguintes: fixos e fluxos; horizontalidades e verticalidades.

De um ponto de vista empírico, foram realizados diversos trabalhos de campo no Rio de Janeiro entre 2018, 2019 e 2020, especificamente na Favela do Metrô-Mangureira. Essa representa uma das comunidades que mais foi afetada pelas intervenções urbanas e pelas transformações socio-territoriais no âmbito dos megaeventos esportivos e, em particular, no contexto da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

No que concerne aos procedimentos de investigação, foram empregadas as técnicas da etnografia, com a observação direta e participante da comunidade em análise. Foram gravados os depoimentos dos principais líderes comunitários que constituem um grupo focal de sujeitos desta pesquisa, somados a uma análise do discurso e do conteúdo. Além dos encontros com o grupo focal de discussão da comunidade pesquisada, foram realizadas diversas entrevistas exploratórias e estruturadas com professores, pesquisadores e especialistas na temática.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização da Favela do Metrô-Mangureira

A problemática desta pesquisa inscreve o nosso objeto no contexto geral da organização e da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, considerando o olhar da população local no contexto do uso corporativo do território. Um caso emblemático dos efeitos das intervenções urbanas no Rio de Janeiro proveniente da organização dos recentes megaeventos esportivos é o da Favela do Metrô-Mangureira: uma área de estudo em contínua transformação porque parte da população desse local foi quase completamente removida e reassentada em conjuntos habitacionais distantes daquela localidade.

A Favela do Metrô-Mangureira, oficialmente intitulada Comunidade Estação da Mangureira (ANCEMA), situa-se na base do Morro da Mangureira, Bairro do Maracanã, Zona Norte do Rio de Janeiro, nas vizinhanças do Estádio do Maracanã e em frente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (Figura 2). Originariamente, ela pertencia à Favela da Mangureira, contudo, depois das obras para a implantação da linha do trem e do metrô, passou a destacar-se da Mangureira por causa da via-férrea e a se chamar Favela do Metrô.

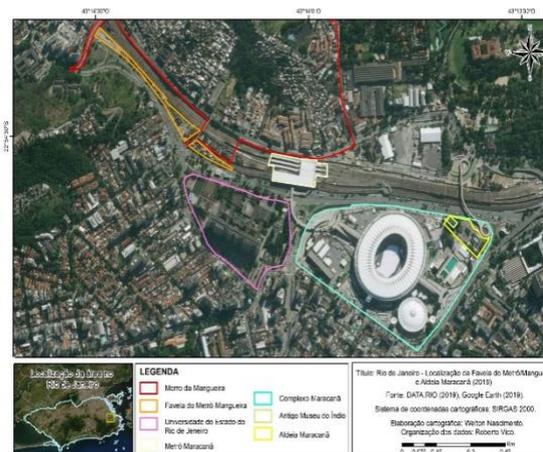


Figura 2: Aerofotocarta do Bairro do Maracanã com a localização da Favela do Metrô.

Fonte: DATA.RIO, 2019; Google Earth, 2019.

Conforme os dados do IBGE (2010) relativos ao censo demográfico de 2010, período anterior às remoções, existiam 573 habitações ocupadas e 1724 moradores na Favela do Metrô-Mangureira, dos quais 52,4% são do sexo feminino e 47,6% do masculino. Hoje em dia, de acordo com as estimativas do IBGE (2020) com relação aos aglomerados subnormais do Rio

de Janeiro e considerando o setor de referência onde se localiza a Favela do Metrô, existem acerca de 187 domicílios.

Segundo o Relatório da Missão do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca (Dhesca, 2011), a Favela do Metrô-Mangueira existe há aproximadamente 40 anos e a maioria dessas famílias vieram da região Nordeste do Brasil, chegando ao Rio de Janeiro no início dos anos 1980. Naquela época, os homens trabalhavam nas obras do Metrô-Rio e começaram a morar perto do local de trabalho, estabelecendo-se naquele lugar. Embora o lugar não apresentasse boas condições para morar, não se pagava aluguel, nem energia elétrica, tampouco água ou coleta de lixo.

Quando a Prefeitura do Rio de Janeiro confirmou acolher os megaeventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, houve a remoção dessas famílias. O pretexto foi a construção de um estacionamento para o Estádio do Maracanã, situado nas proximidades. Além disso, estimava-se a realização de um polo automotivo, projeto inicial da Prefeitura que ainda não se efetivou.

Segundo o blog “Rio on Watch – Relatos das Favelas Cariocas”:

Antes de 2010, os moradores do Metrô-Mangueira, favela próxima ao estádio Maracanã na Zona Norte do Rio, foram abordados por supostos funcionários da Prefeitura com a alegação que estavam no local para colher dados de quem precisava do Bolsa Família². Ansiosos para receber assistência, muitos moradores da comunidade “se inscreveram, dando suas informações pessoais para os ‘assistentes sociais’”. Mal sabiam eles que essa missão de coleta de informações não era para o propósito de registrar famílias para o programa federal; em vez disso, o processo de inscrição iniciaria um período de vários anos de remoção em massa da comunidade. Segundo a Prefeitura, nos quatro anos seguintes, 685 famílias foram removidas do Metrô-Mangueira. Quase imediatamente após o início das pressões do governo, 108 famílias foram intimadas a aceitar abruptamente uma mudança imediata para condomínios do Minha Casa, Minha Vida (MCMV³) em Cosmos e Santa Cruz, na extrema Zona Oeste do Rio, a duas horas de distância (Rio on Watch, 2019).

Como confirma também a opinião de Oliveira:

O processo de remoção e reassentamento da comunidade do Metrô-Mangueira deixa tal problemática socio-histórica à mostra, pois as falhas, omissões e imposições no processo de diálogo do poder público com a população realocada, a alta imediata do custo de vida dos antigos favelados sem plano de readequação orçamentária para as pessoas, a falta de escolhas e perspectivas realmente democráticas para que tal população detivesse, genuinamente, um novo e digno espaço de moradia e sua respectiva infraestrutura, dentre outros pontos já analisados, revelam que o poder público brasileiro já escolheu os protagonistas de nossa história, o que implica direta e fatalmente a forma como são conduzidas as políticas públicas no país: por meio de privilégios escusos, segregações

² É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade.

³ Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009 pelo Governo Lula. O MCMV

explícitas e uma espécie de populismo atávico o qual parece dar margem à preconceituosa concepção de que tudo o que é feito para o trabalhador pobre dispensa grande elaboração, tanto no plano estrutural quanto no intelectual e simbólico (Oliveira, 2015, p. 91).

Apesar do processo de remoção que sofreu, a Favela do Metrô-Mangueira continua existindo e “re-existindo”. A comunidade conta com diversos comércios, oficinas mecânicas e lojas (Figuras 3 e 4) (ainda que a polícia continue removendo, de vez em quando), bem como abriga novos moradores que ocupam a favela.



Figura 3: As oficinas de mecânicos na entrada da Favela do Metrô (1).

Fonte: autoria própria, 2019.



Figura 4: As oficinas de mecânicos na entrada da Favela do Metrô (2).

Fonte: autoria própria, 2019.

Paradoxalmente, ainda de acordo com as informações do blog “Rio on Watch”:

A situação aponta para a ineficácia da remoção como política pública de habitação, especialmente quando implementada em conjunto com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. Tem sido demonstrado que o MCMV pode reproduzir as desigualdades sociais e a Favela do Metrô-Mangueira é um caso emblemático. Em um esforço para “mudar este cenário de vulnerabilidade e oferecer condições mais dignas de vida aos moradores”, o governo, com efeito, trancou os moradores em um ciclo no qual a mobilidade ascendente é quase impossível, forçando muitos a

subsidiar a aquisição da casa ou do apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil.

viverem em más condições e outros a voltarem para favelas e começar de novo. Sem apoio contínuo ou recursos do governo, os moradores notaram que sua torre de água, que contém água para o Mangureira I e II e foi doada por uma parceria com o governo alemão, está em péssimo estado. Os moradores não foram treinados em manutenção ou gerenciamento. Os condomínios também têm aquecedores de água movidos a energia solar, mas o equipamento conta com a capacidade de pessoas de fora em vez dos próprios moradores. Outras comunidades vivenciaram situações significativamente piores em moradias públicas sendo transferidas para a extrema Zona Oeste, longe de serviços, de suas vidas antigas e, em alguns casos, em regiões controladas por milícias. O caso Metrô-Mangureira exemplifica as dificuldades enfrentadas por moradores após a remoção, mesmo quando as autoridades garantem um “melhor cenário”. A Prefeitura faria bem em cumprir suas promessas antes de iniciar a construção de novas moradias públicas na área (Rio on Watch, 2019).

Diante desse contexto, revela-se emblemática uma frase derivante do imaginário de um dos nossos sujeitos de pesquisa, morador da Favela do Metrô: “podem destruir a nossa comunidade e deixar apenas escombros. Mas, nós somos fortes e conseguimos sempre renascer e ressuscitar, assim como a Fênix renasce das suas cinzas”. A Favela do Metrô resiste e luta permanentemente pelo seu território.

4.2 O imaginário dos líderes da comunidade

Ao longo dessa seção serão identificados os resultados do trabalho de campo realizado no Rio de

Janeiro em junho e julho de 2018, bem como durante os meses de janeiro a maio de 2019 e em novembro de 2019 com as lideranças da Favela do Metrô-Mangureira.

Inicialmente, contextualiza o Entrevistado 1⁴:

O prefeito não queria dar moradia para ninguém, aí lutamos e a luta foi feia. Eles querem nos mandar muito longe, para Santa Cruz. O ex-presidente da Associação falava que se a gente não entrar em acordo e aceitar as propostas e as casas da Prefeitura (longe), não iam ganhar nada, mas eu falei não, nós vamos ganhar aqui. Então brigamos e ganhamos esses apartamentos aqui na Mangureira I e na Mangureira II. Tudo isso no âmbito do projeto Minha Casa, Minha Vida, e os moradores não pagam nada, só água e luz. Quem morava aqui então agora não ficou ninguém, todo o mundo foi para esses 700 apartamentos. Quem está agora é outra rapaziada, são outras famílias (Entrevistado 1).

Ademais, conforme o primeiro Entrevistado, em 2010 aproximadamente 100 famílias foram reassentadas em Cosmos, a mais de 50 km de distância da Mangureira, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, para um conjunto habitacional. Dois anos depois, 248 famílias foram realocadas noutro conjunto habitacional do próprio morro da Mangureira. Outra parte da população, cerca de 65 famílias, foi transferida para Triagem, situada a cerca de 6 km da Favela do Metrô. Ainda de acordo com os dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (2019), uma última parte, constituída por 248 famílias, foi realocada em 2014 para o Conjunto Habitacional Mangureira II (Tabela 1).

ANO	MORADORES DA FAVELA DO METRÔ	COSMOS (60 KM DE DISTÂNCIA)	MANGUEIRA I	MANGUEIRA II	BAIRRO CARIOCA (3 KM DE DISTÂNCIA)
2010	667				
2011	561	106 famílias			
2012	313		248 famílias		
2014	313			248 famílias	
2015	0				65 famílias
2019	Reocupação				

Tabela 1. Reassentamentos dos moradores da Favela do Metrô-Mangureira.

Fonte: adaptado de Prefeitura do RJ; Oliveira, 2015; junto ao trabalho de campo dos autores em 2018, 2019, 2020.

Observa-se que algumas famílias conseguiram permanecer nas vizinhanças da própria moradia antiga. Porém, outras foram realocadas para um local distante, causando um grande impacto no estilo e na maneira de viver, pois precisaram se reintegrar e reconstruir novos laços socioespaciais. Vale notar que o reassentamento de uma parte dos moradores para unidades residenciais e conjuntos habitacionais próximos (Tabela 1) foi uma vitória e uma conquista proporcionada graças à luta e à mobilização da população.

De fato, a Prefeitura havia planejado inicialmente transferir todos os moradores para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, muito distante do bairro do Maracanã. Por isso, é válido ressaltar o papel fundamental no apoio à luta e à resistência da comunidade, algo assumido por instituições universitárias, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bem como por voluntários, ativistas, pesquisadores e pelo Comitê Popular da

Copa do Mundo e das Olimpíadas, o que representa uma organização de vigilância e de mobilização popular contra as violações de Direitos Humanos no âmbito dos megaeventos, além da luta pelo direito à cidade.

De vez em quando eles vinham para a favela. Devido às reportagens que está tendo, alguém vinha aqui, porque estas notícias sabe o mundo inteiro. Então da mesma forma que o senhor vem, vêm várias pessoas. Todo o mundo me conhece, o pessoal da UERJ, as pessoas vêm ter comigo para fazer o que o senhor está fazendo. Eles comunicam às vezes quando vem o pessoal e traz roupa, traz alimento, distribuem para as crianças dentro da favela, e fazem ajuda à comunidade. Traz pra tirar documento. Eles nos ajudaram nesta luta para a favela continuar viva. [...] A Prefeitura queria demolir também a Associação da comunidade da Favela do Metrô-Mangureira, que se chama Associação Metrô-Mangureira, mas não conseguiram por causa das ONGs e do trabalho da

⁴ Manteve-se os entrevistados em anonimato por conta do teor dos depoimentos, para não expor as pessoas. E as suas falas são aqui reproduzidas em conformidade com a sua variação linguística.

UERJ que lutou lá em baixo e não demoliram (Entrevistado 2).

Quanto às famílias que foram reassentadas, embora tenham recebido um apartamento dentro de um conjunto habitacional com serviços que não existiam na favela (como área para esportes, coleta de lixo e saneamento básico), porém não conseguiam arcar com todos os custos da nova habitação. Eles não pagavam contas de água, energia e lixo onde moravam anteriormente, dívidas obrigatórias que passaram a custear, motivo pelo qual muitos expressaram o desejo de voltar para a comunidade ou mudar-se para outro lugar. Como ressalta o Entrevistado 2:

Estes agora que se deslocaram para estes outros apartamentos não estão gostando nada. Queriam ficar aqui mesmo. Lá eles pagam condomínio, pagam água, pagam luz, o apartamento é pequeno e é feito com material precário, está tendo rachadura (Entrevistado 2).

Muitos moradores não aceitaram ser removidos; lutaram e resistiram até o final. Segundo as palavras do Entrevistado 3: “removeram muitos moradores para Cosme, Mangueira I e Mangueira II, mas os que tinham uma casa grande e um terreno não aceitaram ser removidos para ir para um apartamento pequeno com 2 quatinhos só”.

Além das casas, a intenção da Prefeitura era derrubar as lojas que constituíam as oficinas de trabalho de muitos trabalhadores e mecânicos que moravam na comunidade. Como dito anteriormente, existia um projeto de construção de um Polo Automotivo com alguns boxes/oficinas de 30 metros quadrados (Figura 5).



Figura 5: Os boxes abandonados construídos pela Prefeitura. Fonte: autoria própria, 2019.

No depoimento colhido em 2019, o Entrevistado 1 reclama sobre esse tema:

Depois das casas, eles queriam derrubar as lojas, derrubaram o ferro-velho, botamos na justiça, o advogado cobrou 60 mil reais, ganhamos na primeira instância, ganhamos na segunda, aí na terceira a gente saiu. Agora estamos esperando pra ver o que vai acontecer. O prefeito veio com o projeto de 30 milhões para cá, mas não precisa do projeto de 30 milhões, aqui a gente só quer as lojas para trabalhar. Fizeram umas lojas de 30 metros quadrados sem consultar ninguém para saber se iam bem, o meu estoque lá em cima é de 700 metros quadrados, o que vou fazer com 30 metros quadrados? Têm muitas lojas aqui que são gigantescas, o que vamos fazer com 30 metros quadrados? Eles falaram: vocês que tem lojas

maiores, a gente vai dar 3 boxes ou 4 boxes pra vocês. E estamos assim até hoje, lutando. A luta não acabou não. A ideia deles era de fazer um Polo Automotivo, o projeto era derrubar as lojas todas e fazer esse Polo Automotivo (Entrevistado 1).

O Entrevistado 4 ressaltou em seu relato como foi dramática a luta na época:

Foi como uma bomba nuclear. Investiram milhões aqui do lado, mas não olharam para o outro lado, para a comunidade carente e sofrida. Vieram com a força, demoliram algumas casas, retiraram famílias de moradores, foi violento. Não houve conversa. Eles já vieram daquele jeito. Não respeitaram os direitos da comunidade. Muitas lágrimas caíram, muitos gritos de mulheres e de mães se ouviam, crianças desesperadas, o spray de pimenta voando pelo ar arrendo os olhos das crianças e das mães. Lembro de uma mãe que saiu para acompanhar os filhos na creche e quando voltou a casa estava toda quebrada. Nós tivemos que lutar pelos nossos direitos de moradia, e até hoje estamos lutando (Entrevistado 4).

Atualmente, uma parte da comunidade Metrô-Mangueira está sendo convertida no Polo Automotivo Mangueira, com uma série de lojas, oficinas, comércios e serviços. Trata-se de um projeto de expansão desse setor, tendo em vista que a comunidade já se constituía num lugar conhecido de prestação de serviços automotivos a preços mais acessíveis para a comunidade. Conforme ressaltou o Entrevistado: “lá em cima eles fizeram um polo, queriam tirar a oficina daqui e botar lá em cima. Queriam botar nós lá, em baixo do viaduto, lá em cima a 1 km. Um polo assim, tipo umas casinhas pequenas, mas não tem lógica. A oficina é do meu padrinho!” (Entrevistado 3).

A Prefeitura quis remover quase toda a comunidade, alegando que aquela área era considerada de risco devido à linha férrea. Não obstante, na prática, tratava-se somente de uma desculpa para poder remover a favela que ficava perto do Estádio do Maracanã e incomodava os interesses da expansão do capital imobiliário naquela região. Além disso, desejava-se não expor ao mundo (que observava durante os megaeventos) que ali perto do estádio existiam favelas e comunidades desassistidas pelo Estado.

Ademais, as intervenções urbanas para a realização de projetos e obras com vistas às melhorias urbanas no âmbito dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro estimulou a já elevada corrupção e a vontade de querer lucrar mediante obras superdimensionadas e superavaliadas, isso tanto por parte da Prefeitura quanto por pessoas que se associavam e colaboravam com ela, como líderes da Associação de Moradores, por exemplo. Sobre isso, é significativo o relato do Entrevistado 1:

O próprio defensor, que era pra defender o pessoal aqui, parece que estava do lado da Prefeitura. A gente não entendia nada, e isso por causa de dinheiro, o prefeito estava com muito dinheiro. Você vê agora, prenderam 7 milhões dele, aí deu ataque do coração. Para as obras roubaram muito dinheiro. Falaram que gastaram para as obras do Metrô-Mangueira 926 mil. Eu sei que não gastaram isso, não gastaram nem 200 mil. As empresas que trabalhavam nem eram da Prefeitura, eram todos terceirizados, eram empresas de São Gonçalo, ninguém tinha carteira assinada. (Entrevistado 1).

De acordo com o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2012) e Oliveira (2015), as remoções aconteceram de maneira irregular e arbitrária, pois:

O procedimento jurídico não considerou os ocupantes dos terrenos. Entretanto, eles deveriam ser considerados titulares do bem, já que estavam ali há mais de cinco anos sem contestação do Poder Público ou dos proprietários legítimos. Como não havia “donos”, a Prefeitura pôde então fazer a transferência dos terrenos para a sua posse pagando apenas 80% do valor do imóvel em juízo (Oliveira, 2015, pp. 55-56).

Antes das demolições, a comunidade não estava em área de risco, como alegava a Prefeitura. Todavia, após começarem a derrubar as habitações, o ambiente se tornou insalubre, com escombros, lixo e falta de higiene (Figuras 6 e 7).



Figura 6: Cenário de destruição depois das remoções na Favela do Metrô.

Fonte: autoria própria, 2019.



Figura 7: Incursão em campo na Favela do Metrô-Mangueira.

Fonte: autoria própria, 2019.

Com isso, as doenças se propagam e continuam a difundir-se rapidamente. Tudo isso está relacionado com as etapas das remoções apresentadas na Tabela 1. Outrossim, a fragmentação do grupo a ser removido para que esse não consiga se defender de forma conjunta pode ser considerada uma estratégia explícita da

Prefeitura, assim como o fato de deixar os escombros expostos no interior da comunidade.

A demolição das 108 casas de seus vizinhos, espalhadas pela comunidade intencionalmente, deixando destroços, juntamente com o corte de eletricidade, água e coleta de lixo para tornar suas vidas um inferno trouxe uma Era de criminalidade, novas ocupações e riscos à saúde para a comunidade. [...] Enquanto isso, os destroços das demolições deixados pelas casas destruídas pelos tratores da Prefeitura nunca foram recolhidos. E as demolições posteriores foram ainda mais grosseiras: buracos nas janelas e telhados, portas arrancadas, porém sem demolirem completamente as casas. Como resultado, desde então, ocorreram três ocupações distintas no Metrô-Mangueira: as casas em ruínas ainda permanecem e continuam ocupadas (Rio on Watch, 2019).

Hoje em dia, algumas casas que não foram derrubadas foram invadidas e ocupadas por outros moradores. Agora, a comunidade está sendo reocupada por outras pessoas. Agora, todo o mundo se conhece. São pessoas que estão querendo arrumar casa, uma casinha pra morar. Mas a maioria que está aqui é toda do morro da Mangueira. Porque tinha pessoas que pagavam aluguel no morro e queriam ter uma casa própria. Ninguém trabalha. Situação precária, né? Do jeito de como está o Brasil e a crise, arrumar emprego fica difícil pra caramba. Às vezes tem o pessoal da UERJ e as ONGs que fazem projeto social e ajudam em arrumar algum emprego. A maioria trabalha na lava a jato de carros. A maioria são famílias, todas daqui mesmo (Entrevistado 2).

Durante as visitas feitas no local (no âmbito da pesquisa de campo), foi possível constatar a situação dramática de quem permanece na favela: crianças que brincam no meio dos escombros e do lixo, animais domésticos que comem lixo, além do tráfico de drogas que continua, associado aos casos de violência e de criminalidade. “Eles derrubaram muitas casas e deixaram os escombros e algumas casinhas de propósito porque parece que eles gostam de bagunça. Então o pessoal que não tinha onde morar foi invadindo. Têm casas com esgoto a céu aberto, os ratos passando, e têm mais de 200 crianças” (Entrevistado 1). Atualmente, a situação está relativamente tranquila, entretanto, trata-se de uma tranquilidade efêmera pois, aparentemente, qualquer outro motivo ou pretexto pode acender de novo a chama do conflito e da luta.

A luta parou um pouco porque já não tem megaevento, acabou o evento. Eles não querem mais fazer o estacionamento. Era por causa da Copa e da Olimpíada. Tanto que agora acabou o evento e eles não estão mexendo mais. Então o povo que vai assistir aos jogos estaciona em qualquer lugar. Estaciona na rua. Não tem um estacionamento próprio do Maracanã (Entrevistado 4).

Sujeitos entrevistados	Categoria analítica “Percepção da população local” (Subitens)	Resultados
Entrevistado 1	- Reassentamentos - Luta judicial com a Prefeitura - Situação atual da comunidade	- Para Mangueira I e II apesar da Prefeitura querer mandar para muito mais longe; A espera dos desdobramentos; Reocupação, mas permanecem escombros, lixo, falta de saneamento básico e outros serviços básicos.
Entrevistado 2	- Apoio externo	Apoio de ativistas, pesquisadores, ONGs, UERJ
Entrevistado 3	- Resistência dos moradores	Muitos não aceitaram de serem removidos
Entrevistado 4	- Luta para a moradia	A luta entre moradores e a Prefeitura foi dramática

Quadro 2. Síntese dos depoimentos das lideranças comunitárias

Fonte: Autoria própria, 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível observar as lacunas do processo de planejamento e organização de um megaevento esportivo, como a Copa do Mundo de Futebol ou uma Olimpíada, quando não se efetua uma gestão territorial eficaz – ou seja, ponderando sobre as ações e impactos perante os entes envolvidos, especialmente a população local. Vimos como, durante um megaevento, o espaço nacional é submetido a serviço das grandes organizações esportivas e das empresas que, com a cumplicidade do Estado e dos governos locais, visam apenas à obtenção de uma produtividade e de um lucro sempre maiores, em desvantagem dos outros indivíduos e da população residente. Por isso, é preciso uma mútua colaboração e cooperação entre os diferentes atores envolvidos no processo: desde o Estado, passando pelos governos nos diferentes níveis, pelos organizadores do evento, pelas associações esportivas, pelas empresas públicas e privadas até chegar aos pequenos agentes pertencentes ao circuito inferior da economia urbana e aos moradores, sem necessariamente um ordem hierárquica desses.

Conforme os relatos dos sujeitos entrevistados, a problemática das remoções e das realocações da comunidade do Metrô-Mangueira não ocorreu de forma correta e adequada. As autoridades não respeitaram os direitos humanos, sociais e civis da população residente. A perceptível desorganização em todo esse processo evidencia uma falta grave de planejamento e uma má gestão das políticas públicas de moradia na cidade carioca. Para futuras ações de reassentamento e realocação de habitantes, é essencial que a Prefeitura do Rio de Janeiro considere o nível de renda familiar dos moradores e suas reais necessidades. Esse deve ser compatível para suprir os gastos com a infraestrutura e os serviços básicos de moradia, como água, energia, saneamento básico e coleta de lixo. Também devem ser considerados outros serviços de autoafirmação social e de realização das necessidades do ser humano, relativos à saúde, à educação, ao emprego, à cultura e ao lazer. Portanto, é fundamental que sejam geradas alternativas e maneiras de sustentação nesse sentido por meio de políticas públicas adequadas.

Alguns moradores dos entornos e da Favela do Metrô circulam cotidianamente pela área para chegar às estações de trem e de metrô, enquanto outros ex-moradores tentam evitar propositalmente a Favela, para não relembrar do trauma que sofreram durante o processo de remoção. Ademais, sabemos que a Prefeitura está planejando, para os próximos anos, a construção de outros condomínios nas proximidades da Favela do Metrô e da Mangueira para acolher essas pessoas afetadas pelas remoções.

No entanto, em virtude do exposto, podemos considerar a remoção das famílias para os condomínios de Mangueira I e Mangueira II uma experiência parcialmente positiva para os residentes, já que, apesar das dificuldades relacionadas com o pagamento de contas de água, luz, condomínio etc., os moradores se sentem mais seguros, moram perto do lugar onde anteriormente tinham estabelecido laços sociais e possuem um melhor acesso aos serviços públicos.

Sublinhamos, portanto, que há muito ainda a ser feito por parte da Prefeitura, das outras instituições e dos próprios moradores no âmbito da governança do território. Contudo, face ao contexto nacional e ao movimento em curso do capital imobiliário que intensifica cada vez mais a expropriação e a espoliação, a cidade do Rio de Janeiro vê-se imersa num processo de desenvolvimento especulativo do capital. Para uma parcela significativa da sociedade há certa aversão à presença da Favela do Metrô, e de outras dezenas de comunidades que vivem em realidade próxima àquela. Para alguns é preciso remover a Favela, visto que ela não interessa ao capital especulativo imobiliário que vem definindo e ditando como se configura e se “produz” a cidade: a cidade dos negócios globais e do rentismo capitalista.

Relativamente aos megaeventos esportivos, objeto da nossa análise, podemos afirmar que não existe um correto e coerente planejamento e organização, se não se efetua uma correta gestão em consonância com a racionalidade do território, ou seja, das ações que sobre ele se realizam, mediante a sinergia de todos os intervenientes envolvidos, incluindo a população local. Ou seja, via de regra, deveria ocorrer o que Santos e Silveira (2001, p.p. 306-307) definem como “solidariedade orgânica” (que se opõe à “solidariedade organizacional”), efeito da interdependência entre agentes e ações resultantes da sua existência no território usado porque “é em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum”.

Embora existam limitações, o presente trabalho pode contribuir para futuras linhas de pesquisa. Por exemplo, considera-se conveniente que nos próximos anos continuem os estudos e as pesquisas sobre a implicação e a participação dos moradores em megaeventos esportivos. Assim se permitirá comparar e conhecer a evolução das percepções sobre os mesmos fatores socio-territoriais que foram analisados nesse estudo, para subsidiar o planejamento e a organização de futuros megaeventos, tentando evitar os erros já cometidos no passado.

A participação e a organização dos megaeventos devem ser ponderadas com atenção. A preparação das candidaturas, por exemplo, para os Jogos Olímpicos, pode demorar até dois anos. Além disso, as obras previstas para acolher os megaeventos devem ser incluídas sobretudo no seu uso pós-evento. O risco que se corre é de haver obras onerosas e inúteis, sem benefícios reais para os sistemas territoriais e para a comunidade residente.

Considera-se, portanto, que para a organização de um megaevento esportivo, é imprescindível o conhecimento, o apoio e a participação dos moradores em todas as fases do processo: desde a candidatura da cidade, passando pelo planejamento e organização até chegar à celebração do mesmo.

Em futuros estudos sobre megaeventos e em particular sobre a cidade do Rio de Janeiro, poderá ser verificado se os projetos de intervenções urbanas programados para os recentes megaeventos foram concluídos. Além disso, sugere-se:

- Aprofundar as implicações para os moradores através de uma monitorização por um período de tempo mais alargado;
- Aferir a gestão futura das infraestruturas;
- Prospectar modelos de gestão integrados em contextos de megaeventos;
- Desenvolver políticas e manuais de boas práticas na gestão de megaeventos.

No trabalho de campo evidenciou-se, durante a interação com os moradores, que existe uma corrupção generalizada ligada ao setor da construção, aos ambientes da FIFA e das entidades governamentais. No futuro pode-se aprofundar se o vigente sistema de combate à corrupção é eficaz com a criação de medidas que mitiguem a atual corrupção.

Nesta pesquisa verificou-se que o Brasil deverá mudar a sua cultura de improvisação, sobretudo na área dos megaeventos, passando a planejar de uma forma mais detalhada, horizontal, coerente e territorialmente articulada. Viu-se como não é vantajoso competir em nível global para organizar megaeventos, realizando elevados investimentos em infraestruturas, se tais projetos não estão inseridos num plano de reorganização global e de desenvolvimento do sistema urbano de referência associado à tutela dos interesses sociais da população local. Pois correm o risco de não restituir a herança esperada e desejada, mas ao contrário gerar mais problemas.

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1978). Sobre o trabalho teórico (2a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Cashman, R. (2002). Impact of the Games on Olympic host cities: university lecture on the Olympics. Olympic Studies. <http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/cashman.pdf>.
- Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. (2012). Megaeventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.
- Dhesca. (2011). Relatório da missão da relatoria do direito à cidade Plataforma Dhesca. Rio de Janeiro: Plataforma Dhesca Brasil.
- Entrevistados 1, 2, 3, 4. Moradores da Favela do Metrô-Mangueira. Entrevistas não confidenciais realizadas em 30 de junho de 2018 e em 21 de fevereiro de 2019.
- Entrevistado 5. Professor de Geografia da UERJ. Entrevista não confidencial realizada em abril de 2019.
- Gaffney, C. (2016). Olimpíada Rio 2016: para o benefício de quem? Entrevista para o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Observatório das metrópoles. <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/olimpiada-rio-2016-para-o-beneficio-de-quem/>.
- Google. (2018). Google Earth website. <http://earth.google.com/>.
- Gursoy, D., Jurovski, C., & Uysal, M. (2002). Resident attitudes: a structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*, 29, 79-105.
- Gursoy, D., & Kendall, K. (2006). Hosting mega events: modelling locals' support. *Annals of Tourism Research*, 33(3), 603-623.
- Gursoy, D., Yolal, M., Ribeiro, M., & Panosso, A. (2017). Impact of Trust on Local Residents' Mega Event Perceptions and Their Support. *Journal of Travel Research*, 56(3), 393-406.
- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2006). Territórios alternativos (2a ed.). São Paulo: Contexto.
- Harvey, D. (2009). Espaços de Esperança. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo 2010. www.censo2010.ibge.gov.br.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19: notas técnicas. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>. Consultado em 10/11/2023.
- Lefebvre, H. (1975). Lógica formal/lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Meksenas, P. (2002). Pesquisa social e ação pedagógica. São Paulo: Loyola.
- Oliveira, D. (2015). Qualidade de vida em habitação de interesse social: caso Metrô-Mangueira (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Prefeitura do Rio de Janeiro. (2020). Prefeitura Rio. <http://www.rio.rj.gov.br/>.
- Raffestin, C. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática.
- Rio on Watch – Relatos das favelas cariocas. (2019). Famílias oriundas do Metrô-Mangueira lutam pela permanência no MCMV ao terem promessas quebradas pela Prefeitura. <https://rioonwatch.org.br/?p=41593>.
- Santos, M. (1994). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (1999). Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Rio de Janeiro: Território, v. 6, n. 4, p. 5-20, jan.
- Santos, M. (2002). O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2005). Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2008). O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2012). A natureza do espaço (4a ed.). São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2014). Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.
- Souza, M. (2005). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In I. E. Castro, P. C. Gomes, & R. Corrêa (Orgs.). Geografia: conceitos e temas (7a ed., Cap. X, pp. X-X). Rio de Janeiro; Bertrand Brasil.
- Veal, A. (2011). Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. São Paulo: Aleph.
- Vico, R. P. (2016). Os megaeventos desportivos na percepção da comunidade local: o caso do Mundial de Futebol do Brasil de 2014 pelos moradores de Itaquera em São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Programa de Turismo e Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, Portugal.
- Vico, R. P. (2020). Les Jeux Olympiques entre mythe et réalité : étude ethnographique de l'imaginaire de la population de Rio de Janeiro sur l'usage du territoire lors des Jeux Olympiques de 2016 (Tese de Doutorado). Université Polytechnique Hauts-de-France, França; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Vico, R. P., & Azevedo, F. F. (2020a). Os megaeventos esportivos no Brasil e o uso corporativo do território: o caso emblemático da Vila autódromo no Rio de Janeiro. *Revista Caminhos de Geografia*, 21, 108-125. doi: 10.14393/rcg217449605.
- Vico, R. P., & Azevedo, F. F. (2020b). Megaeventos desportivos e transformações territoriais: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Equador*, 9, 74-97.
- Vico, R. P., Gustavo, N., & Uvinha, R. (2020). Reflexões sobre os megaeventos esportivos na percepção da comunidade

local anfitriã. In M. C. Milito, M. F. de Farias, & S. Marques Júnior (Orgs.). O olhar do residente (Cap. 8, pp. 219-247). Natal: EDUFRRN.
Vico, R. P., Uvinha, R., & Gustavo, N. (2018). Sports mega-

events in the perception of the local community: the case of Itaquera region in São Paulo at the 2014 FIFA World Cup Brazil. Soccer & Society, 19(2), 810-823. doi: <https://doi.org/10.1080/14660970.2017.1419471>.

Final Table. Declaração do autor do CRediT.

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2	Autor 3	Autor 4
Conceptualização	Ideias; formulação ou evolução de objectivos e objectivos de investigação abrangentes	x	x	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x	x	x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes	x			
Validação	Verificação, quer como parte da actividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x	x	x
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x			
Investigação	Conduzir um processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x	x	x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x			
Cura de dados	Actividades de gestão para anotar (produzir metadados), esfregar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x			
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projecto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/ apresentação de dados	x	x	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da actividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	x		
Administração do projecto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da actividade de investigação	x	x		
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projecto conducente a esta publicação	x			

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 11.04.2022; Revisado / Revised / Revisado: 31.05.2022 – 22.11.2022 – 19.04.2023 – 27.07.2023; Aprovado / Approved / Aprobado: 15.11.2023; Publicado / Published / Publicado (online): 22.12.2023.

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.